



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Seção de Assistência à Saúde do 48º Batalhão da Polícia Militar/2ª RPM

Estudo Técnico Preliminar (ETP) 140502458 - PMMG/DPS/CAS/SAS/48BPM

Belo Horizonte, 22 de maio de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Número do processo SEI: 1250.01.0005534/2026-88

1.2. Equipe de planejamento:

- BRENO MORAIS DAMIÃO, MAJOR QOS
- FABIANE RAMOS DA COSTA, 2º SARGENTO PM

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

2.1. Descrição da necessidade da Administração

2.1.1. Necessidade da Administração e contexto institucional

A presente demanda visa suprir Seção de Atenção à Saúde (SAS) do 48º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) com materiais de consumo diversos, essenciais para a continuidade e a qualidade das atividades administrativas e assistenciais desenvolvidas pela unidade. A SAS 48º BPM presta atendimentos contínuos a policiais militares e seus dependentes, e a ausência ou insuficiência dos insumos relacionados compromete diretamente a prestação de serviços públicos de saúde, o cumprimento das normas sanitárias e de segurança aplicáveis, a integridade do patrimônio público e a segurança dos servidores e usuários da unidade.

Os materiais estão divididos em três lotes principais:

- Lote 01 (Escritório): Necessários para atender às demandas administrativas que são fundamentais para o pleno funcionamento da SAS/48º.
- Lote 02 (Copa e Consumo Básico): Indispensáveis à manutenção das condições mínimas de bem-estar dos servidores e usuários, atendendo às normas sanitárias vigentes.
- Lote 03 (Limpeza e Higiene): De uso contínuo e imprescindíveis à manutenção das condições sanitárias e de biossegurança da SAS/48º BPM, ambiente de prestação de serviços de saúde, em conformidade com as RDCs da ANVISA.

2.1.2. Atuação da Administração para resolver o problema

Historicamente, a Administração realiza a aquisição periódica e contínua desses materiais de consumo por meio de procedimentos licitatórios, visando manter o estoque da unidade em níveis adequados para o atendimento da demanda diária, evitando a paralisação das atividades assistenciais e administrativas.

2.1.3. Consequências do não atendimento da necessidade identificada

O não atendimento desta necessidade acarretará:

- Interrupção ou precarização dos serviços de saúde prestados aos policiais militares e seus dependentes.
- Descumprimento de normas sanitárias (RDC ANVISA nº 36/2013 e nº 222/2018), aumentando o risco de Infecções

Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS).

- Riscos à segurança das instalações e dos usuários devido à falta de manutenção elétrica e predial.
- Paralisação das atividades administrativas por falta de insumos básicos de informática e expediente.
- Deterioração do patrimônio público por falta de conservação e pintura.

2.1.4. Estimativa das quantidades

Os quantitativos foram estimados com base no consumo médio mensal da unidade, levando em consideração o histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses e acrescidos de margem de segurança adequada para reposição e eventuais oscilações de demanda, conforme documentos de planejamento integrantes do processo administrativo.

2.2. Alinhamento entre a demanda (potencial contratação) e o planejamento da Administração (art. 6º, II, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Polícia Militar de Minas Gerais, especificamente no que tange à garantia de suporte logístico e de saúde adequado à tropa, visando a valorização do policial militar e a eficiência na prestação do serviço de segurança pública. A demanda está prevista no plano de contratações anual do órgão.

2.3. Descrição dos requisitos da potencial contratação necessários e suficientes à escolha da solução (art. 6º, III, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

Os insumos a serem fornecidos devem ser novos, não usados e capazes de atender satisfatoriamente a demanda da Unidade.

3. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

3.1. Levantamento de mercado (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO) (art. 6º, V, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

Para o atendimento da necessidade de suprimento de materiais de consumo diversos (escritório, copa e limpeza), foram analisadas as seguintes alternativas:

Solução	Características gerais	Viabilidade técnica
Solução 1: Aquisição direta dos materiais via licitação (Pregão Eletrônico/COTEP)	Compra dos materiais especificados em lotes, com entrega parcelada ou integral, conforme a necessidade da unidade.	Viável. É a forma padrão e mais eficiente para a Administração Pública adquirir bens de consumo comum, garantindo competitividade e economia de escala.
Solução 3: Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP) de outros órgãos	Utilização de atas vigentes de outros órgãos estaduais ou federais para a aquisição dos itens.	Viável. Contudo, depende da existência de atas vigentes com quantitativos disponíveis e especificações idênticas às necessidades da SAS/48º BPM. A licitação própria garante o atendimento exato da demanda.

3.2. Estimativa dos custos das soluções (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO) (art. 6º, VI, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

Solução	Fontes e metodologias utilizadas	Custo total estimado
---------	----------------------------------	----------------------

Solução	Fontes e metodologias utilizadas	Custo total estimado
Solução 1: Aquisição direta (Licitação Eletrônica)	Pesquisa de preços realizada conforme IN SEGES/ME nº 65/2021, consultando bases governamentais, e fornecedores do mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • Lote 01 (Escritório): R\$ 1.768,83 • Lote 02 (Copa e Consumo Básico): R\$ 1.203,95 • Lote 03 (Limpeza e Higiene): R\$ 2.216,89 <p>TOTAL: R\$ 5.189,67</p>
Solução 2: Terceirização (Facilities)	Não aplicável (solução considerada inviável tecnicamente para este escopo específico).	Não aplicável

3.3. Análise comparativa das alternativas e escolha da solução (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO) (consequência dos incisos V e VI do art. 6º da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

3.3.1. Quadro comparativo

Solução	Atendimento aos requisitos	Vantagens	Desvantagens	Viabilidade técnica e econômica
Solução 1: Aquisição direta (Pregão/COTEP)	Sim	Ampla competitividade, menor preço, controle direto do estoque pela unidade.	Necessidade de gerenciar o processo licitatório e o recebimento dos diversos itens.	Viável. Apresenta a melhor relação custo-benefício para a Administração.
Solução 2: Terceirização (Facilities)	Não	Redução do esforço administrativo de compras.	Custo mais elevado, dificuldade de encontrar fornecedor único para escopo tão diverso.	Inviável.

3.3.2. Conclusão da escolha

Após a análise comparativa, conclui-se que a Solução 1 (Aquisição direta dos materiais por meio de procedimento licitatório) é a mais adequada ao atendimento da necessidade da Administração.

3.3.3. Justificativa

A escolha fundamenta-se na viabilidade técnica e econômica da aquisição direta de bens comuns. O processo licitatório, a ser definido pela equipe de compras da 2ª RPM, cujo critério de julgamento pelo menor preço, garante a seleção da proposta mais vantajosa, cumprindo os princípios da economicidade e da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). A divisão em lotes permite a participação de empresas especializadas em cada segmento (escritório, copa, etc.), ampliando a competitividade.

4. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

4.1. Descrição da solução como um todo (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO) (art. 6º, VII, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

4.1. A solução consiste na aquisição de materiais de consumo diversos, organizados em 03 (três) lotes, destinados à SAS/48º BPM:

- Lote 01: Materiais de Escritórios (Papeis, canetas, tesoura).
- Lote 02: Materiais de Copa e Consumo Básico (Filtro de água, copos descartáveis).
- Lote 03: Materiais de Limpeza e Higiene (Álcool, detergente, pano de chão, sacos de lixo diversos, sabonete líquido,

vassouras, rodo).

O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho. O local de entrega na SAS/48º BPM, localizado na Av. Marechal Hermes, 282, Palmares-Ibirité MG.

4.2. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Tratam-se de objetos comuns, com itens correlatos, os quais não necessitam de parcelamento na aquisição.

4.3. Contratações correlatas ou interdependentes (art. 6º, XI, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

Não foram identificadas contratações interdependentes que sejam pré-requisito para o sucesso desta aquisição.

4.4. Resultados pretendidos (art. 6º, IX, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

Resultado pretendido	Critério de avaliação
Manutenção contínua das atividades assistenciais e administrativas da SAS/48º BPM.	Ausência de interrupção dos serviços por falta de insumos.
Adequação às normas sanitárias e de biossegurança (RDC ANVISA).	Aprovação em eventuais inspeções da Vigilância Sanitária e controle de IRAS.
Conservação do patrimônio público e segurança das instalações.	Redução de manutenções corretivas emergenciais e melhoria do ambiente físico.

4.5. Providências a serem adotadas (art. 6º, X, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

Realização do procedimento licitatório de contratação.

4.6. Possíveis impactos ambientais (art. 6º, XII, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

Possível impacto ambiental	Respectiva medida mitigadora
Geração de resíduos sólidos (embalagens, copos descartáveis, papel).	Exigência de papel com certificação sustentável (FSC/CERFLOR); destinação correta dos resíduos recicláveis pela unidade.
Contaminação do solo/água por produtos químicos (tintas, solventes, saneantes).	Exigência de produtos saneantes biodegradáveis e notificados na ANVISA; descarte adequado de embalagens.

5. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO) (art. 6º, XIII, da Resolução Seplag nº 115, de 2021)

5.1. Com base nas análises realizadas neste ETP, conclui-se que a solução de aquisição direta de materiais de consumo diversos, dividida em lotes, por meio de Licitação Eletrônica, escolhida para atender à necessidade exposta, alcançará, da

melhor forma possível, os interesses público e institucional. A contratação é técnica e economicamente viável, encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021 e garante o suprimento essencial para a continuidade dos serviços de saúde prestados pela SAS/48º BPM, observando os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade.



Documento assinado eletronicamente por **Breno Moraes Damiano, Major**, em 15/06/2026, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Ramos da Costa, 2º Sargento**, em 15/06/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **140502458** e o código CRC **19E9B538**.



TERMO DE REFERÊNCIA COMPRA DE BENS

Processo SEI Nº: 1250.01.0005534/2026-88

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
01/06/2026	PMMG	1255658

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Breno Moais Damião, MAJOR QOS E-mail: sas48bpm@gmail.com	SAS 48º BPM

ÍNDICE

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
8. HABILITAÇÃO
9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais de consumo diversos, organizados em lotes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e assistenciais da Seção de Atenção a Saúde SAS/48º BPM, conforme condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste documento, em cumprimento ao disposto no art. 6º, XXIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

LOTE	ITEM	COD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE
LOTE 01	01	001349899	FITA CREPE - MEDIDAS: 48MM X 50M;	FITA ADESIVA CREPE ; BRANCA 01 LADO ; ALTA CAPACIDADE DE ADERENCIA EM PAPELÃO E PAPEL KRAFT.	00001 - 1,00 UNIDADE	06
LOTE 01	02	000050920	COLA - TIPO: LIQUIDA; FINALIDADE: PVC;	NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO, DA VALIDADE DO PRODUTO	FRASCO 80,00 GRAMA	03
LOTE 01	03	000057541	FITA ADESIVA PARA EMBALAGEM - MATERIA-PRIMA: POLIPROPILENO; DIMENSOES: 50MM X 50 METROS; TIPO: ADERENCIA EM UMA FACE;	NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO, DA VALIDADE E NUMERO DO LOTE	ROLO 50,00 METRO	06
LOTE 01	04	000144517	<u>CANETA MARCA TEXTO - PONTA: INDEFORMAVEL. CHANFRADA PARA LINHAS FINAS/GROSSAS; COMPOSICAO: TINTA FLUORESCENTE A BASE DE AGUA; COR: NA COR AMARELA;</u>	GRAVADA NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	CAIXA 12,00 UNIDADE	01
LOTE 01	05	000721387	TESOURA - TIPO: MULTIUSO; LAMINAS: ACO INOX; CABO: ACO INOX; COMPRIMENTO TOTAL CORPO: COM APROXIMADAMENTE 25CM;	NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO, DA VALIDADE DO PRODUTO	00001 - 1,00 UNIDADE	01
LOTE 01	06	001525433	VINIL ADESIVO - MATERIA-PRIMA: LAMINADO DE PVC; MEDIDAS: 45 CM X 10 METROS; COR: CONFORME SOLICITACAO DO ORGAO; ESCALA: COM ESCALA EM CENTIMETRO;	NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO, DA VALIDADE DO PRODUTO	ROLO 25,00 METRO	02
LOTE 01	07	001693603	GRAMPEADOR DE MESA - MODELO: ALICATE; CAPACIDADE: 20 FOLHAS 75 G/M2; GRAMPOS COMPATIVELIS: 24/6, 26/6; ESTRUTURA: METALICA;	BASE PARA FECHAMENTO DO GRAMPO COM DUAS POSICOES (GRAMPEAR E FIXAR) COM ACABAMENTO NIQUELADO. ESTOJO DE ALOJAMENTO DOS GRAMPOS EM CHAPA DE ACO. APOIO EMBORRACHADO. MOLA EM ACO RESISTENTE.	00001 - 1,00 UNIDADE	04
LOTE 01	08	001692372	PAPEL PARA ESCRITORIO - FORMATO: A4 - 210 MM X 297 MM; GRAMATURA PAPEL: 75 G/M2; COR: BRANCO; PROCESSO FABRICACAO: BRANQUEAMENTO ISENTO DE CLORO ELEMENTAR; APRESENTACAO: PACOTE 500 FOLHAS;	EMBALAGEM CONTENDO PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CERTIFICACOES: INMETRO, FSC, CERFLOR, ROTULO ECOLOGICO DA ABNT OU EQUIVALENTES.	PACOTE	40

Lote 01: Os materiais de expediente são essenciais à manutenção dos fluxos documentais e administrativos da unidade de saúde, em conformidade com as obrigações de guarda e registro documental previstas na legislação estadual de arquivos públicos e nos procedimentos internos da PMMG. Atende ao disposto no art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	COD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE
------	----------------------	--------------------------	-------------------------------	----------------------	------------

LOTE 02	01	001558684	REFIL PURIFICADOR DE AGUA - MARCA/MODELO EQUIPAMENTO: ACQUAFLEX COMPATIVEL COM MARCA LIBELL; MATERIA-PRIMA: PVC COM CARVAO ATIVADO DO TIPO CARBON BLOCK; TIPO FILTRAGEM: FILTRO FLEX 3 EM 1 VAZAO 45 LITROS/HORA; DIMENSOES: PRESSAO MAXIMA 392KPA;	COMPOSICAO BASICA POLIPROPILENO, SANGEL (ATOXICOS); COMPOSICAO: CARVAO ATIVADO EM BLOCO IMPREGNADO COM PRATA COLOIDAL (ATOXICOS); VAZAO MINI MA RECOMENDADA: 120 LITROS/HORA; REDUCAO DE CLORO LIVRE 75%; REFIL COM VIDA UTIL 4000 LITROS OU SEIS MESES.	00001 - 1,00 UNIDADE	02
	02	001011707	FACA - IDENTIFICACAO: CORTE; MATERIA-PRIMA: ACO INOX; COMPRIMENTO: 8 POLEGADAS (20CM); LAMINA: LISA; CABO: POLIPROPILENO;	GRAVADA NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	00001 - 1,00 UNIDADE	01
LOTE 02	03	001564153	COPO DESCARTAVEL MATERIA-PRIMA: POLIPROPILENO; CAPACIDADE VOLUMETRICA: 200 ML; MASSA MINIMA: 1,80 G	RESISTENCIA MINIMA: 0,85 N; TAMPA: SEM TAMPA; APRESENTACAO: PACOTE 100 COPOS;	01439 - PACOTES	70

Lote 02: Os itens de copa e consumo básico são indispensáveis à manutenção das condições mínimas de bem-estar dos servidores e usuários da SAS/48°BPM, atendendo às normas sanitárias vigentes (RDC ANVISA). A aquisição fundamenta-se no art. 6º, XXIII, 'b', da Lei nº 14.133/2021 (bens de uso comum), e no princípio da eficiência administrativa previsto no art. 5º da mesma lei.

ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	
01	000037001	AROMATIZANTE DE AR - AROMA: LAVANDA, LIMAO, EUCALIPTO; APLICACAO: COZINHAS, BANHEIROS, ETC;	DEVE ATENDER LEGISLACAO VIGENTE.	FRASCO 360ML	24	
02	000050245	AGUA SANITARIA - TEOR: 2 PORCENTO DE CLORO ATIVO;	DEVE ATENDER LEGISLACAO VIGENTE.	FRASCO 5,00 LITRO	03	
03	000056790	FLANELA PARA LIMPEZA - DIMENSOES: 40 X 60 CM (LARGURA X COMPRIMENTO);	TECIDO 100% ALGODAO, COSTURA REFORCADA	PACOTE 10,00 UNIDADE	01	
04	000067040	ESPONJA SINTETICA PARA LIMPEZA - MATERIA-PRIMA: FIBRA SINTETICA E MINERAL ABRASIVO; TIPO: DUPLA FACE; FORMATO: RETANGULAR;	MANTA NAO TECIDO, DE FIBRAS SINTETICAS, UNIDAS COM RESINA A PROVA D'AGUA E IMPREGNADA COM MINERAL ABRASIVO. MATERIAL NAO BIODEGRADAVEL	PACOTE 10,00 UNIDADE	02	
05	000071390	PANO DE CHAO - MATERIA-PRIMA: ALGODAO; MEDIDAS: 45 X 85CM;	DEVE ATENDER LEGISLACAO VIGENTE.	00001 - 1,00 UNIDADE	01	
06	000120847	ESCOVA PARA LIMPEZA - CERDAS: NYLON; UTILIDADE: LIMPEZA DE VASO SANITARIO; APRESENTACAO: COM CORPO, CABO E ESTOJO EM PLASTICO;	CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 265MM, PODENDO APRESENTAR UMA VARIACAO DE + OU - 10MM.	00001 - 1,00 UNIDADE	02	
07	000141232	DETERGENTE - APRESENTACAO: LIQUIDO; FRAGANCIA: NEUTRO;	NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO E DA VALIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERA SER BIODEGRADAVEL,TESTADO DERMATOLOGICA MENTE.	FRASCO 500,00 MILILITRO	36	
08	000141232	DETERGENTE - APRESENTACAO: LIQUIDO; FRAGANCIA: NEUTRO;	NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO E DA VALIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERA SER BIODEGRADAVEL,TESTADO DERMATOLOGICA MENTE	GALAO 5,00 LITRO	03	
09	000743232	RODO - BASE: PLASTICO, COM UMA BORRACHA; DIMENSAO BASE: 40CM; CABO: MADEIRA, REVESTIDO EM PLASTICO, DE 120CM;	MATERIAL BASE: MADEIRA; MATERIAL CABO: MADEIRA REVESTIDO PLASTICO; COMPRIMENTO CABO: 1,50 M; TIPO DO CABO: ROSQUEAVEL;	00001 - 1,00 UNIDADE	04	
LOTE 03	10	000987174	SACO PLASTICO - TIPO PLASTICO: PRETO; FINALIDADE: LIXO; 60 LITROS	CAPACIDADE: 60 LITROS - 0,10MM DE ESPESSURA;	00036 - CENTO 1,00 CENTO	04
	11	001304194	SACO PLASTICO - TIPO PLASTICO: BRANCO FOSCO; FINALIDADE: PARA LIXO INFECTANTE; CAPACIDADE: 100 LITROS (1050 MM X 750 MM X 0,12 MM ESPESSURA);	CONFECCIONADO C/ RESINA TERMOPLASTICA APRESENTANDO SOLDA HOMOGENEA UNI FORME; DEVERA CONSTAR EM CADA SACO,INDIVIDUALMENTE, A IDENTIFICACAO DO FABRICANTE E O SIMBOLO DE SUBSTANCIA INFECTANTE NA COR PRETA; ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE.	PACOTE 100,00 UNIDADE	02

12	001669478	ALCOOL ETILICO HIDRATADO ASPECTO FISICO: SOLUCAO AQUOSA; GRAU INPM: 92,8; GRAU GL: 96; APRESENTACAO: FRASCO 1 L;	DEVE ATENDER LEGISLACAO VIGENTE.	1,00 LITRO	20
13	001692160	SABONETE LIQUIDO - INDICACAO: HIGIENIZACAO DA PELE; BASE DO PRODUTO: PEROLADA; ASPECTO: VISCOSO; PH: FISIOLÓGICO; COMPOSICAO: AGENTES HIDRATANTES E EMOLIENTES; FRAGRANCIA: FRAGRANCIA SUAVE HIPOALERGENICA; APRESENTACAO: EMBALAGEM 5 L;	NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, NUMERO DO LOTE, NUMERO DO REGISTRO NA ANVISA, DATA DE FABRICACAO E DE VALIDAD E.	GALAO 5 LITROS	03
14	001695819	VASSOURA - TIPO DAS CERDAS: PIACAVA NATURAL; ALTURA DAS CERDAS: NAO APLICAVEL; LARGURA BASE: NUMERO 5, MINIMO 13 CM DE BASE;	MATERIAL BASE: MADEIRA; MATERIAL CABO: MADEIRA REVESTIDO PLASTICO; COMPRIMENTO CABO: 1,50 M; TIPO DO CABO: ROSQUEAVEL;	00001 - 1,00 UNIDADE	04
15	001698893	DESINFETANTE - TIPO: PRONTO USO; PRINCIPIO ATIVO (1): CLORETO DE BENZALCONIO MINIMO 0,28%; PRINCIPIO ATIVO (2): TENSOATIVOS NAO IONICOS; ACAO PRINCIPAL: BACTERICIDA E GERMICIDA; DILUICAO: NAO APLICAVEL; ODOR: CONFORME SOLICITADO PELO ORGAO/ENTIDADE; APRESENTACAO: EMBALAGEM 5 L;	A EMBALAGEM DEVERA CONTER DADOS PARA IDENTIFICACAO DO PRODUTO, REGISTRO DA ANVISA, NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE.	GALAO 5 LITROS	03
16	000612880	LIMPADOR INSTANTANEO - TIPO: MULTIUSO; APRESENTACAO: LIQUIDO; FRAGRANCIA: LAVANDA	NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO, DA VALIDADE, NUMERO DO LOTE, INFORMACOES E ADVERTENCIAS.-	FRASCO 500,00 MILILITRO	36

Lote 03: Os materiais de limpeza e higiene são de uso contínuo e indispensáveis à rotina da SAS/48° BPM, ambiente de assistência à saúde sujeito às normas da ANVISA, da RDC nº 36/2013 (segurança em serviços de saúde) e da Resolução SS/MS sobre biossegurança. A aquisição é imprescindível para: (i) higienização de superfícies e ambientes assistenciais e administrativos; (ii) assepsia das mãos e prevenção de infecções associadas à assistência à saúde (IRAS); (iii) coleta e descarte adequado de resíduos de saúde, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018; e (iv) manutenção das condições sanitárias mínimas exigidas pela Vigilância Sanitária. Fundamentação: arts. 11, I, e 40, I, da Lei Federal nº 14.133/2021; Decreto Estadual nº 48.587/2023.

1.2. Caracterização do Objeto:

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, podendo ser adquirido por meio de Pregão Eletrônico, na forma do art. 176 da referida lei.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 48.586/2023, tendo em vista tratar-se de materiais de consumo essenciais para as atividades-fim e de suporte da unidade.

1.3. Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:

1.3.1. A definição dos lotes exclusivos para ME/EPP será realizada no Edital da licitação, com observância do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 34 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. Da Contratação:

1.4.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa.

1.5. Descrição da Solução:

1.5.1. A solução adotada consiste na aquisição direta dos materiais descritos neste Termo de Referência, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, por constituir a alternativa mais eficiente, econômica e sustentável para o atendimento das necessidades administrativas e assistenciais da SAS/48° BPM, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar – ETP (art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade e a qualidade das atividades administrativas e assistenciais desenvolvidas pelo Seção de Atenção à Saúde – SAS/48° BPM, unidade de saúde da Polícia Militar de Minas Gerais que realiza atendimentos contínuos a policiais militares e seus dependentes. Os materiais objeto desta aquisição são insumos essenciais para o regular funcionamento da unidade. Serão adquiridos os materiais citados nesse documento através de procedimento licitatório na modalidade a ser definida pela equipe de compras da 2ª RPM.

2.2. A contratação ampara-se nos seguintes dispositivos legais e normativos:

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em especial os arts. 6º, 11, 18, 40 e 176;

- Decreto Estadual nº 48.587, de 1º de setembro de 2023 (regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Estado de Minas Gerais);

- Decreto Estadual nº 48.586, de 1º de setembro de 2023 (dispõe sobre bens de luxo);

- Decreto Estadual nº 48.867/2024 (sustentabilidade nas contratações públicas estaduais);

- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 (padronização de pesquisa de preços);

- Resoluções da ANVISA aplicáveis aos produtos saneantes, cosméticos e artigos de saúde;

- Normas ABNT pertinentes às especificações técnicas dos itens, conforme detalhado nos lotes.

2.3. Os materiais de limpeza e higiene (Lote 03) são de uso contínuo e imprescindíveis à manutenção das condições sanitárias e de biossegurança da SAS/48° BPM, ambiente de prestação de serviços de saúde. A adequada higienização dos ambientes assistenciais é exigência da RDC ANVISA nº 36/2013 (segurança em serviços de saúde) e da RDC nº 222/2018 (gerenciamento de resíduos em serviços de saúde). A ausência desses insumos compromete diretamente a prevenção de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) e a segurança de servidores e usuários.

2.4. Os materiais de escritório e expediente, (Lotes 01) são necessários ao suporte documental das atividades assistenciais e administrativas, incluindo o registro de prontuários, controle de estoque, correspondências institucionais e arquivo de documentos, em atendimento às exigências legais de documentação e publicidade dos atos administrativos.

2.5. Os itens de copa e consumo básico (Lotes 02) são indispensáveis à manutenção das condições mínimas de bem-estar dos servidores e usuários da SAS/48°BPM, atendendo às normas sanitárias vigentes (RDC ANVISA). A aquisição fundamenta-se no art. 6º, XXIII, 'b', da Lei nº 14.133/2021 (bens de uso comum), e no princípio da eficiência administrativa previsto no art. 5º da mesma lei.

2.6. A ausência ou insuficiência dos insumos aqui relacionados pode comprometer diretamente: (i) a continuidade da prestação de serviços públicos de saúde; (ii) o cumprimento das normas sanitárias e de segurança aplicáveis; (iii) a integridade do patrimônio público; e (iv) a segurança dos servidores e usuários da unidade.

2.7. Os quantitativos foram estimados com base no consumo médio mensal da unidade, levando em consideração o histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses e acrescidos de margem de segurança adequada para reposição e eventuais oscilações de demanda, conforme documentos de planejamento integrantes do processo administrativo.

2.8. A pesquisa de preços foi realizada conforme os critérios estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo sido consultadas bases de dados governamentais, contratos similares e fornecedores do mercado, buscando assegurar a vantajosidade da contratação para a Administração.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. DA SUSTENTABILIDADE:

3.1.1. A contratação observará os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Decreto Estadual nº 48.867/2024 e na Lei Federal nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), exigindo, no que couber:

- 3.1.2. Papel com certificação de origem sustentável (FSC, CERFLOR, Rótulo Ecológico ABNT ou equivalente);
- 3.1.3. Produtos saneantes biodegradáveis e notificados na ANVISA;
- 3.1.4. Sacolas e sacos plásticos fabricados com material reciclado, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- 3.1.5. Embalagens que gerem o menor volume possível de resíduos pós-consumo.

3.2. DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS:

3.2.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, admitindo-se produtos equivalentes que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos do art. 41, I, da Lei Federal nº 14.133/2021. As referências eventualmente indicadas servem apenas como parâmetro de qualidade mínima.

3.2.2.

3.3. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA OU MODELO:

3.3.1. Não haverá vedação de marca/modelo específica nesta contratação, sendo admitida qualquer marca ou modelo que atenda às especificações técnicas mínimas definidas neste Termo de Referência.

3.4. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

3.4.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade nesta contratação, tendo em vista a natureza dos bens licitados e a ampla disponibilidade no mercado fornecedor.

3.5. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

3.5.1. Definida no Edital da licitação, conforme art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6. DA GARANTIA DO PRODUTO, DA MANUTENÇÃO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

3.6.1. Aplicar-se-á ao produto/bem a garantia legal prevista no art. 26 da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de eventual garantia contratual mais favorável à Administração, nos termos do art. 92, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7. CONSIDERANDO A NATUREZA E A FINALIDADE DOS MATERIAIS, OS FORNECEDORES DEVERÃO OBSERVAR, AINDA:

- 3.7.1. Conformidade com as normas técnicas ABNT aplicáveis a cada categoria de produto.
- 3.7.2. Atendimento às normas sanitárias vigentes (Resoluções ANVISA) para produtos de limpeza, higiene e saneantes, com apresentação de Certificado ou Notificação ANVISA quando exigido pela legislação;
- 3.7.3. Adequação ao uso em ambiente institucional de assistência à saúde;
- 3.7.4. Segurança no manuseio, transporte e armazenamento, conforme FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico) quando aplicável;
- 3.7.5. Ausência de substâncias proibidas ou restringidas pela legislação sanitária e ambiental vigente;
- 3.7.6. Validade mínima dos produtos de 12 (doze) meses a contar da data de entrega, salvo disposição diversa indicada nas especificações de cada lote.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do Prazo de Entrega

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 15 (quinze) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

4.1.2. Devidamente justificado e antes de expirado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar sua prorrogação, que ficará a cargo da área demandante, desde que não haja prejuízo ao abastecimento da unidade, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme art. 137, V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Do Local e Horário de Entrega

- 4.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Marechal Hermes, 282, Palmares-Ibirité MG, da SAS/48° BPM.
- 4.2.2. Horário de entrega: 08h00 às 15h00.
- 4.2.3. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.
- 4.2.4. Considerando o caráter essencial dos materiais, a entrega deverá ocorrer de forma a não comprometer o abastecimento da unidade, sendo vedada a entrega de produtos com prazos de validade reduzidos ou em desacordo com as especificações técnicas.
- 4.2.5. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, garantindo sua integridade até o momento da utilização.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Do Recebimento

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou Instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de Referência e na proposta.

5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

5.1.2. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078, de 1990.

5.2. Da Liquidação

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.3. O vencimento;

5.2.4. A data da emissão;

5.2.5. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.6. O período respectivo de execução do contrato;

5.2.7. O valor a pagar; e

5.2.8. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.10. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Do Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 35 (trinta e cinco) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.2. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

5.3.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.6. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

5.3.7. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.

5.3.8. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.3.9. A estimativa de preços foi realizada com base em parâmetros de mercado, observando-se contratações similares, preços registrados e consultas a fornecedores, buscando assegurar a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

5.3.10. A adoção do critério de julgamento por menor preço por lote mostra-se adequada, considerando a padronização dos itens e a necessidade de aquisição conjunta para otimização logística e administrativa.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Regras Gerais

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. Da Fiscalização do Contrato

- 6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.2.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.2.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação temporária ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. Da Gestão do Contrato

- 6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento Licitatório conforme Lei Federal 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme art. 33 da referida Lei Federal e justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.
- 7.2. **Dos critérios da aceitabilidade da proposta**
- 7.2.1. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de aceitação.
- 7.2.1.1. O fornecedor deverá apresentar ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.2.1.2. A exigência destes documentos é meio legal de garantir que o produto ofertado pelo fornecedor atende integralmente o descritivo especificado pela Administração.
- 7.2.1.3. Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:
- 7.2.1.3.1. Contiverem vícios insanáveis;
- 7.2.1.3.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;
- 7.2.1.3.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 7.2.1.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.2.1.3.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação Jurídica:

- 8.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;
- 8.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 8.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.1.12. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame.

8.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

- 8.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- 8.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 8.2.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
 - 8.2.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
- 8.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 8.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.
- 8.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
 - 8.3.2.1. Serão aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - 8.3.2.1.1. Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):
 - 8.3.2.1.1.1. Publicadas em Diário Oficial; ou
 - 8.3.2.1.1.2. Publicadas em jornal; ou
 - 8.3.2.1.1.3. Por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
 - 8.3.2.1.2. Sociedades Limitadas (LTDA):
 - 8.3.2.1.2.1. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
 - 8.3.2.1.2.2. Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante.
 - 8.3.2.1.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/06 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) – “SIMPLES NACIONAL”:
 - 8.3.2.1.3.1. Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante;
 - 8.3.2.2. Os documentos exigidos no subitem 8.3.2.2, quando forem próprios, deverão ser assinados pelo representante legal do licitante e pelo seu contador ou, quando publicados em Órgão de Imprensa Oficial, deverão permitir a identificação do veículo e da data de sua publicação e conter o nome do contador e o número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade.
 - 8.3.2.3. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital–ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.774, de 2017, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no subitem 8.3.2.2.
 - 8.3.2.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

- 8.3.2.5. Caso a empresa fornecedora apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo / patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da compra / valor total estimado da parcela pertinente.

- 8.3.2.5.1. Para os casos de consórcios, exceto os consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, caso o licitante

apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.

- 8.3.2.6. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 8.3.2.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.3.2.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 8.3.2.9. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 8.3.2.10. Os licitantes sujeitos ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/06 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) poderão apresentar em substituição ao Balanço Patrimonial, a Declaração Simplificada Anual ou a Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a seu critério, conforme art. 27, da Lei Complementar 123, de 2006.

8.4. Da Qualificação técnico-operacional

8.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

8.5. Habilitação de Consórcios:

8.5.1. No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

8.5.2. Deverão ser apresentados os documentos previstos no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

8.5.3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.

8.5.4. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 8.5.1.

8.5.5. Apenas os consórcios compostos exclusivamente por beneficiários indicados no item 4.3 poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que a soma do faturamento das empresas consorciadas não ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.5.6. Não é permitido que uma empresa, consorciada simultaneamente em mais de um consórcio ou de forma isolada, participe do mesmo procedimento de contratação.

8.5.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8.6. Habilitação de Cooperativas:

8.6.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.6.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.6.1.2. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.6.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

8.6.2. Será exigida a seguinte documentação complementar:

8.6.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

8.6.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

8.6.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.

8.6.2.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.8.4.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato. 8.4.2.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.6.2.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Do Contratante

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 9.1.6. Solicitar ao Contratado emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

- 9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- 9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.
- 9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.1.16. Notificar os emitentes das garantias, se for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. Do Contratado

- 9.2.1. O Contrato deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;
- 9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990;
- 9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 9.2.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 9.2.8. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.
- 9.2.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.10. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.
- 9.2.11. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.
- 9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.
- 9.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- 9.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
- 10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
- 10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 10.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
- 10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 10.2.4. **Multa:**
- 10.2.4.1. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) dos quais o licitante tenha participado e cometido a infração.
- 10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação encontra-se detalhado no Edital e/ou em seus anexos, tendo sido elaborado em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, por meio de pesquisa de preços em bases de dados governamentais, contratos similares vigentes e consulta a fornecedores do mercado, buscando assegurar a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

11.2. A adoção do critério de julgamento por menor preço por lote mostra-se adequada e vantajosa para a Administração, considerando a padronização e a complementaridade dos itens de cada lote, a necessidade de aquisição conjunta para otimização logística e administrativa, e a redução dos custos de transação decorrentes de múltiplos processos licitatórios.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, em cumprimento ao disposto no art. 11, II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que exige a adequação orçamentária e financeira para a realização de despesas públicas.

12.1.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

- 1251.10.302.135.2060.0001.3.3.90.3005.0.60.2
- 1251.10.302.135.2060.0001.3.3.90.3003.0.60.2
- 1251 10 302 135 2060 0001 3 3 90 3017 0 60 2



Documento assinado eletronicamente por **Breno Moraes Damião, Major**, em 11/06/2026, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Ramos da Costa, 2º Sargento**, em 15/06/2026, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **140510052** e o código CRC **43284318**.

Referência: Processo nº 1250.01.0005534/2026-88

SEI nº 140510052